

A ida ao FMI continua indigesta para o PMDB

O PMDB continua resistindo bastante a uma volta do Brasil ao Fundo Monetário Internacional. Ao menos assim se manifestam importantes representantes do partido, como seu presidente, Ulysses Guimarães, o líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o governador de São Paulo, Orestes Quércia. Mas o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, espera, senão acabar com essa resistência, ao menos reduzi-la. E para isso pretende demonstrar, como declarou, "que o acordo é bom para o País, para os trabalhadores e para o desenvolvimento".

Ulysses Guimarães, porém, tem reiterado sua posição, contrária à ida ao FMI, o que para ele representa arrocho salarial, inflação e recessão econômica. E, ao frisar que o "PMDB sempre foi restritivo à política do FMI", o senador Fernando Henrique Cardoso ressaltou que pessoalmente não apóia um acordo com o Fundo se não houver, antes, uma negociação com os bancos credores. "Primeiro, os bancos têm de fazer o acordo; depois, a ida ao FMI", disse Cardoso, lembrando que por enquanto "não se viu acordo com os bancos".

O senador não revelou, porém,

se o partido pretende adotar uma posição mais firme contra o acordo.

Já o ministro da Fazenda, em suas incursões na tentativa de reduzir a resistência do PMDB quanto ao acordo, deverá enfrentar um manifesto adversário a essas negociações, o governador de São Paulo, Orestes Quércia. Ambos almoçam, hoje, no Palácio dos Bandeirantes e o governador ontem não deixou dúvidas quanto à sua posição:

— Os padrões de uma economia imposta pelo FMI não levam em conta os aspectos sociais. Isso significa uma paralisação da economia, desemprego, fome, miséria. E é isso que condenamos. Ninguém quer que o País vá bater às portas do FMI.

Para Quércia, o principal problema do Brasil hoje é que a falta de decisões leva o País a uma "tragédia" como essa (ou seja, a ida ao FMI), que ele espera não venha a ocorrer. E concluiu: "Por isso temos de apressar a votação da Constituinte, para que o governo, com a colaboração do PMDB, tenha condições de conduzir o problema da dívida externa".